

## Introdução

O objetivo desta dissertação é analisar o imaginário social da pobreza, especificamente a situação das pessoas que vivem e moram nas ruas a partir das cartas de leitores do jornal O Globo. As desigualdades sociais e econômicas históricas, somadas às novas configurações globais capitalistas contemporâneas vêm sendo discutidas ao longo do final do século XX e adentram o século XXI como uma das principais problemáticas mundiais e em particular do Brasil. A imensa disparidade econômica e social se perpetua como resultado adaptado do longo processo de três séculos de colonização e em seu modelo de organização baseada na mão de obra escrava. Com a libertação dos escravos e a dificuldade de sua inserção no mercado, acumula-se uma massa de subempregados e desempregados que perdura de geração por geração.

Para Kowarick (2009) não há dúvidas de que a democracia política no Brasil vingou, entretanto, não se pode dizer o mesmo dos direitos civis. Há uma grande vulnerabilidade dos direitos básicos na medida em que os sistemas públicos de proteção social ainda são precários. Embora tenha sempre se falado no Brasil em exclusão sob várias nomenclaturas, a ênfase dada a este conceito esteve sempre relacionada ao desenvolvimento incompleto ou inacabado da modernização do país.

A partir dos anos 90, o crescimento econômico e o aumento do salário mínimo<sup>1</sup> levaram a uma diminuição considerável do desemprego e da pobreza, no entanto, a pobreza extrema<sup>2</sup>, na forma de condições precárias de acesso aos bens básicos de sobrevivência, ainda representa um contingente considerável da população, chegando ao mínimo diário para alimentação, caso de muitas pessoas em situação de rua no Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> De acordo com Sonia Rocha, embora a partir da estabilidade da moeda brasileira e o aumento do salário mínimo, o contingente da população do Rio de Janeiro que vive em pobreza extrema segundo os dados da Prefeitura, é de 8,7%, um pouco abaixo do nacional, 12,9%. Entretanto, com a nova pesquisa que a autora tem desenvolvido, subdividindo a metrópole em Ups (unidade de população homogênea), os dados se mostram divergentes e explicitam e detalham com maior exatidão as situações-limite de pobreza por município. No caso do município do Rio de Janeiro, tem-se um aumento para 21,9%. Cf. *Pobreza Extrema no Rio de Janeiro: uma espacialização alternativa*.

<sup>2</sup> De acordo com Sonia Rocha, pobreza extrema é aquela que prevê desde uma renda inferior ao salário mínimo até um valor mínimo para a alimentação diária. Cf. “*Pobreza no Brasil: Afinal do que se trata?*”

As pessoas que vivem nas ruas, tanto aquelas que possuem algum tipo de trabalho precário ou não, são classificadas como “população de rua” de uma maneira geral ou pessoas em “situação de rua<sup>3</sup>”. São aqueles cariocas ou imigrantes que aqui chegaram buscando melhores condições de vida e que, no entanto, vivem em condições de extrema pobreza e que ganham apenas o suficiente para a sobrevivência diária.

Para melhor compreender as representações sociais sobre o tema, busquei alguns conceitos relacionados à temática da pobreza que desde os anos 70 vem sendo desenvolvidos tanto na Europa como nos EUA e no Brasil. No exemplo francês, Robert Castel (2007) aponta que as vulnerabilidades sócio-econômicas se dão quando ocorre uma degradação relacionada a uma posição anterior vivenciada pelo indivíduo na sociedade. A vulnerabilidade com que as relações de trabalho se estabeleceram, assim como as flutuações econômicas desfizeram a solidariedade e a integração social, transformando-as num ambiente hostil e competitivo, gerando, assim, uma massa de pessoas desempregadas e no seu aspecto mais cruel, dissociadas do convívio social. No Brasil, ao contrário da França, não existe uma rede social adequada para fornecer o acesso mínimo à saúde e à habitação, assim como não detemos políticas públicas globalizantes que ressocializem e reintegrem indivíduos excluídos a um patamar mínimo de qualidade de vida.

A pobreza e a imensa disparidade sócio-econômica no Brasil sempre estiveram visíveis aos olhos da população em geral e banalizada tal como a escravidão – esta última por mais de três séculos. O contraste histórico da “Casa grande e senzala” foi se modificando com a ascensão do capitalismo global para o novo contraste entre condomínios de luxo e favelas na zona sul do Rio de Janeiro. E a partir dos anos 90 no contraste com a periferia. No entanto, os resultados da imensa desigualdade social do Brasil não ensejam a indignação de parte da sociedade carioca. A pobreza é vista com desgosto e o pobre com rejeição a partir de um critério de responsabilidade individual meritocrático que aceita e legitima a existência da pobreza, assim como normaliza e banaliza as condições degradantes a que são submetidas esta parcela da população.

O incômodo e a repulsa que as pessoas em situação de rua causam não são atitudes isoladas ou individuais, mas um fato social, objeto de estudo a partir da metade dos anos 1980 e fruto de uma representação social, lentamente

---

<sup>3</sup> Segundo o caderno do SMAS da Prefeitura do Rio de Janeiro, esta designação visa desviar o foco do grupo para indivíduos para que se possa tratar as problemáticas individuais caso a caso e ainda para designar o caráter transitório da situação em que estas pessoas se encontram.

desenvolvida num sistema que cada vez mais se torna meritocrático e individualista como ressalta Luiz Antonio Machado (2004). O pobre é visto como responsável pela própria pobreza. Além disso, é julgado como inapto ou preguiçoso, quando não é associado ao “malandro”, sendo que seu fardo é explicado como única e exclusivamente de sua responsabilidade. E a expectativa da população em geral é que o Estado resolva o “problema”. A pobreza é tornada banal e o pobre é levado a julgamento.

Na abordagem sobre a cultura política brasileira, Elisa Reis (1998) ajuda a entender esse fracasso com a noção de familismo amoral de Banfield e uma reflexão dos problemas de solidariedade e integração social em contextos de elevada desigualdade. Na tese de Banfield, a solidariedade não se prolonga para fora do ambiente familiar, é um ethos que exclui a colaboração fora do círculo restrito da família. A maximização das vantagens materiais imediatas por parte dos indivíduos, parte do princípio de que todas as pessoas farão a mesma coisa.

Segundo Vera Telles (2001), se no Brasil, foi no interior de um contexto de defesa da justiça e da igualdade que se construiu a figura da pobreza, aquelas construções morais foram desfiguradas de forma a manter o caráter da pobreza como natural, como se analisará mais adiante.

Para Jessé Souza, no Brasil, não enxergamos a existência de classes<sup>4</sup>, preferimos atribuir ao indivíduo uma ideologia do mérito, ficando assim à responsabilidade individual toda a culpa pelo insucesso econômico. Tal ideologia está relacionada a uma “cultura do novo capitalismo” de que fala Sennett (2006), na qual o talento e a aptidão pessoal se transformam em prestígio moral de forma que se assegure a superioridade do criativo como capacitação para o trabalho. Daí resulta a objetificação do fracasso como responsabilidade única e exclusivamente pessoal, qualificadora moral dos indivíduos de acordo com a competência ou incompetência para determinados ofícios. A aptidão pessoal, deste modo, colore uma sociedade que focaliza apenas a individualidade, afirmando reiteradamente um sentimento de inutilidade para aqueles que não conseguiram se adaptar por força das condições sociais adversas a que foram submetidos desde o momento de seu nascimento.

Assim, este processo que se configura no Brasil se firma em um sistema social que glorifica o esforço individual de superação de barreiras sem que, no

---

<sup>4</sup> Jessé de Souza atribui a “classes” o sentido de camadas ou subdivisões não no sentido marxista do termo, mas apenas como recurso analítico para demonstrar a existência de separações entre a sociedade. Cf. *“A Ralé Brasileira: quem são e como vivem”*. Ed. UFMG, 2009.

entanto, se pense em quebrá-las. Como aponta Celi Scalon, em sua pesquisa sobre o imaginário social da desigualdade entre a elite e o povo, as imagens que os dois grupos têm da sociedade brasileira revelam divergências e convergências<sup>5</sup>. De acordo com os dados da pesquisa, há uma consciência da desigualdade entre ambos os grupos e uma grande convergência entre povo e elite sobre a perspectiva da igualdade, sendo o Estado a instituição considerada responsável por garanti-la. Contudo, nenhum dos grupos assume o papel nas resoluções, nem se identificam como responsáveis. A maior preocupação do povo é o desemprego (daí o fantasma da mendicância) e o da elite é a segurança. A interpretação de Scalon, que se aproxima da de Elisa Reis, é a de que a elite estabelece uma distância e não confia na possibilidade de transpô-la, assim como não vê a possibilidade de pagar mais impostos mesmo que sejam utilizados para benefícios sociais.

Assim, além da desigualdade propriamente dita, oriunda tanto de um histórico de uma sociedade excludente em sua formação, quanto de um sistema globalizante da economia no qual o Brasil está inserido, possuímos paralelamente um sistema social de representação que legitima essa desigualdade, que ignora a injustiça social sub-reptícia que embasa todo o sistema de distribuição social e colabora para sua perpetuação na medida em que banaliza a pobreza e culpabiliza o pobre. Naturaliza a desigualdade e artificializa a igualdade, hierarquizando e meritocratizando o esforço e a responsabilidade individual, tornando cega e normalizada a rotina da pobreza no Brasil.

Como resultado desta configuração, possuímos no Brasil e mais especificamente no Rio de Janeiro, a recorrente falta de solidariedade social com os mais pobres que se expressa na omissão ou na responsabilização pelo seu próprio estado no interior de um sistema hierárquico que, implicitamente, deixa tudo como está e legitima e invisibiliza pessoas que nada possuem, pois são consideradas como nada sendo<sup>6</sup>.

Em muitos casos, como se verá através das cartas dos leitores, o indivíduo morador de rua é visto com desconfiança, como vagabundo ou possível (futuro)

---

<sup>5</sup> Celi Scalon buscou a percepção que a população brasileira tem da desigualdade, como e se vêem o Brasil como desigual. A elite em sua atribuição é entendida no sentido relacional, isto é de acordo com a renda em relação com outros grupos. A quem atribui a responsabilidade da tarefa de resolver a desigualdade? Segundo a autora, uma sociedade será mais justa quanto melhor for a distribuição dos indivíduos pelos diversos estratos que a estruturam. Cf. *“Justiça como igualdade? a percepção da elite e do povo brasileiro.”*

<sup>6</sup> Em sua análise, DaMatta enfatiza o aspecto cultural dessa organização social, mostrando que uma visão orgânica da sociedade guarda afinidade com a discussão sobre a naturalização da pobreza. Cf. Da Matta, Roberto. *“Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro”*.

bandido. De forma conjunta, é tratado no convívio social por parte da população como alvo de críticas e discriminação.

Segundo Kowarick (2009), o ambiente intelectual dos anos 70 estava mergulhado no debate acerca das marginalidades, apoiado nas teorias das classes sociais. Dos anos 90 pra cá, ainda há muitos déficits nos aspectos civis, sociais e econômicos. Novas investigações no campo da fragilização da cidadania surgiram, agora entendida como perda ou ausência de direitos e como precarização de serviços coletivos, que garantiriam uma gama mínima de proteção pública para grupos carentes de recursos.

A questão social que sobressai no Brasil, portanto, é a dificuldade de expandir os direitos de cidadania e em se atribuir direitos para fora do ambiente familiar. Como lembra o autor, “eles podem estar na Constituição Federal de 1988, mas não se traduzem em políticas sociais de alcance massivo” (p.77).

Esta fragilização dos direitos não decorre, contudo, somente da sociedade salarial, ou seja, não é dependente unicamente da possibilidade de emprego, mas também de direitos mais amplos no mercado de trabalho e do imaginário social sobre a condição de vida nas cidades, como analisa Kowarick:

A condição de subcidadania é importante para fundamentar uma forma de controle social pela vistoria privada da vida das pessoas. O mundo da desordem, o imaginário social que constrói um discurso que esquadrinha a mistura de sexos e idades, a desorganização familiar, a moralidade duvidosa, os hábitos perniciosos, olhando estes locais como focos que fermentam os germes da degenerescência e da vadiagem e daí o passo para a criminalidade. Ou seja: a condição de subcidadania como morador das cidades constitui forte matriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade (p.85).

Podemos entender, portanto, que a pobreza possui dois lados: um desenraizamento econômico e outro social. Isso significa dizer que, de um lado, tem-se o desemprego de larga escala ou duração, ou trabalho irregular, informal, ou ocasional, que advém de várias modalidades de desinserção no sistema produtivo. E de outro, como consequência ou reafirmação deste, o enfraquecimento de laços da sociabilidade primária – família, parentela, bairro, vida associativa, e o próprio mundo do trabalho.

Desta forma, a análise das cartas dos leitores visa compreender o que as pessoas<sup>7</sup> pensam sobre a “população de rua” e como estas representações sobre este grupo em nada contribuem para que consigamos uma efetivação maior de uma prática cidadã.

No primeiro capítulo analisarei alguns dados quantitativos sobre a pobreza e a miséria no Brasil, para a partir disso analisar as cartas de leitores do jornal *O Globo* sobre conteúdo relacionado à população de rua em geral, categorizando os comentários de acordo com o critério de responsabilidade e soluções apontadas. No último item deste capítulo reconstruirei algumas interpretações históricas sobre o tema da pobreza e sua relação com o imaginário social que atribuímos a ela e como essas interpretações têm muito a dizer sobre o modo como agimos socialmente e que transparece nos comentários sobre população de rua.

No segundo capítulo, o objetivo é analisar a idéia de self como *constructo* individual que ocorre a partir do contato com o outro. Com isso podemos entender a importância da integração social e a dificuldade de reinserção destas pessoas quando portadoras de um estigma. No item 2.1 analisarei algumas perspectivas teóricas sobre o tema e a importância da construção do self como requisito para a formação de uma pessoa consistente e integrada com outros. No item 2.2 apresentarei a construção das representações sociais e do estigma e como estas formas conjugam-se à construção sócio-histórica brasileira.

No capítulo 3 irei analisar alguns aspectos históricos que contribuíram para a desigualdade social brasileira atual. No item 3.1 analisarei algumas concepções sobre a colonização e as configurações culturais que decorreram deste período e que ensejaram práticas sociais que refletem o imaginário simbólico da inclusão e exclusão social. No item 3.2 percorrerei algumas das correntes teóricas sobre justiça e distribuição como novas abordagens para entender o sistema de direitos que possuímos. No item 3.3 concluirei o capítulo com a análise da naturalização simbólica da pobreza e da extrema desigualdade como subcidadania de parte considerável da população brasileira e carioca objetivando demonstrar a persistência de alguns aspectos sociais da nossa história na atualidade.

---

<sup>7</sup> Deste grupo analisado. Embora alguns comentários tenham identificação de nome, a maioria são apelidos ou endereços de e-mails. Isso impossibilita a investigação da faixa etária, gênero, dentre outras informações de quem escreve. Considero que o fato de não ter estas informações bastante valioso, pois acredito que os comentários sejam mais verdadeiros do que se fossem perguntados em um método de entrevista.